



INVESTIGAÇÃO

Desembargador e deputado alvos da PF

Integrante do TRF-2 é preso por suspeita de irregularidade na condução do caso de TH Joias, acusado de ligação com o Comando Vermelho. Em Brasília e no Pará, agentes cumprem mandados de busca e apreensão contra o parlamentar federal Antonio Doido

» VANILSON OLIVEIRA

Diligências da Polícia Federal, ontem, atingiram integrantes do Judiciário e do Legislativo. No Rio de Janeiro, agentes da corporação prenderam o desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) Macário Júdice Neto, na segunda fase da Operação Unha e Carne, que investiga o vazamento de informações da Operação Zargun. Já em Brasília e no Pará, foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra o deputado federal Antônio Doido (MDB-PA), por suspeita de corrupção e desvio de recursos públicos (**leia reportagem ao lado**).

O desembargador Júdice Neto é relator do processo que envolve o deputado estadual Thiago Raimundo dos Santos Silva, conhecido como TH Joias, acusado de ligação com o Comando Vermelho (CV). Em setembro, a Operação Zargun resultou na prisão do parlamentar.

Durante a ação de ontem no Rio, a PF cumpriu um mandado de prisão preventiva e 10 de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Júdice Neto foi detido em casa, em um condomínio de luxo localizado na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade.

Na primeira fase da operação, a PF prendeu o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), também acusado de vazar informações. Ele foi solto em seguida, e atualmente está afastado da presidência da Casa, sendo monitorado por tornozeleira eletrônica. TH Joias, por sua vez, foi preso em setembro por tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Ele também é acusado de negociar equipamentos, como drones e armas, com o crime organizado.

Na decisão em que determinou a prisão de Bacellar, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, havia cobrado informações do

desembargador Júdice Neto, mas, ontem, o magistrado também determinou a prisão do relator.

Macário Júdice Neto já havia sido afastado do cargo em 2005, por suspeita de participação em um esquema que o ligava à máfia dos caça-níqueis, mas foi absolvido em 2015. Ele também respondia a acusações de venda de sentença, quando atuava na Justiça Federal no Espírito Santo. Mesmo tendo sido considerado inocente, permaneceu afastado por conta de processos administrativos.

A prisão de Bacellar, no começo deste mês, permitiu que a PF acessasse o seu telefone celular e encontrasse mensagens trocadas entre ele e o desembargador.

De acordo com as investigações, o presidente da Alerj e TH Joias eram muito próximos, e há indícios de vazamento de informações sigilosas.

O chefe de gabinete de Bacellar, Rui Bulhões, foi um dos alvos de busca e apreensão. Na casa dele, a PF apreendeu três aparelhos celulares, que passaram por análise. Após sair da sede da corporação, ele pediu exoneração do cargo ao presidente em exercício da Alerj, Guilherme Delaroli (PL). Marcos André Riscado de Brito e o procurador-geral Robson Tadeu de Castro Maciel Júnior também pediram exoneração. Eles não são alvos da investigação, mas tinham vínculos com Bacellar.

Em nota, a defesa de Júdice Neto afirmou que Moraes foi “induzido ao erro” ao decretar a prisão do cliente. Também sustentou que não teve acesso à decisão que decretou a prisão do desembargador.

“Sua Excelência Alexandre de Moraes foi induzido a erro ao determinar a medida extrema. Resalta, ainda, que não foi disponibilizada cópia da decisão que decretou sua prisão, obstando o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. A defesa apresentará os devidos esclarecimentos nos autos e requererá a sua imediata soltura”, enfatiza a nota.

RS/Fotos Públicas



O desembargador Macário Júdice Neto foi alvo de outros processos

» Renda de mais de R\$ 100 mil

O desembargador Macário Júdice Neto recebeu, em novembro deste ano, R\$ 125.670,16, entre salário e benefícios, do TRF-2. Em outubro, o montante chegou a R\$ 157.961,75. Em valores líquidos, ele teve remuneração de R\$ 80.580,06 em novembro e de R\$ 127.869,67 em outubro. A Constituição determina que nenhum servidor público pode ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2024, o salário máximo permitido foi de R\$ 44.008,52 mensais. Em 2025, o valor subiu para R\$ 46.366,19.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Operação contra Antonio Doido investiga suspeita de corrupção

Celulares jogados pela janela

A Polícia Federal apreendeu aparelhos celulares na área externa do apartamento funcional do deputado federal Antônio Doido (MDB-PA). Os policiais foram ao local para cumprir um mandado de busca e apreensão na operação que apura suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo agentes públicos e privados. Segundo os investigadores, os aparelhos foram arremessados pela janela, no momento da ação policial.

A diligência fez parte da investigação de um suposto esquema de fraudes em processos licitatórios, com desvio de recursos públicos, em que os valores obtidos irregularmente teriam sido utilizados para o pagamento de vantagens indevidas e para a ocultação de patrimônio.

Ao todo, foram cumpridos 31 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no Distrito Federal e no Pará.

Em janeiro, um assessor ligado ao gabinete do deputado foi preso em flagrante com cerca de R\$ 1 milhão em dinheiro vivo, em Belém. Ele era secretário parlamentar de Antônio Doido, que na época, não se manifestou sobre a prisão. Em agosto, o ministro Flávio Dino, do STF, determinou a abertura de um inquérito para apurar a suspeita de desvio de recursos provenientes de contratos públicos do governo do Pará.

Um dos contratos sob análise estaria relacionado a obras vinculadas à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que

ocorreu em novembro, em Belém. O caso tramitava na Justiça Eleitoral do estado, mas foi remetido ao STF por envolver um parlamentar, que tem foro privilegiado.

Segundo a Polícia Federal, duas empresas investigadas estariam registradas em nome da esposa do deputado e de um homem que não teve a identidade revelada, apontado como gerente de uma fazenda de propriedade do parlamentar. Para os agentes, ambos atuavam em nome do deputado. Um dos contratos refere-se a uma licitação para obras no Canal do Bengui, que fica em Belém, estimado em R\$ 142 milhões.

O **Correio** entrou em contato com o gabinete do deputado Antônio Doido, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. (**VO**)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Com Lula favorito, Flávio desidrata a candidatura de Tarcísio

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, mostra que o bolsonarismo permanece como a principal força alternativa ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Será? Os números do levantamento revelam que a oposição está bloqueada estrategicamente pela centralidade de Flávio Bolsonaro (PL) no campo oposicionista, apesar da sua força eleitoral. Flávio é um avatar de Bolsonaro. No marketing político, uma figura simbólica criada ou escolhida para representar, simplificar e transmitir a identidade, as ideias e os valores de um líder, movimento ou projeto político.

O avatar funciona como um substituto quando o líder original não pode ou não quer ocupar diretamente o centro da disputa. Em termos práticos, não é um candidato autônomo, mas uma extensão de alguém ou de uma marca política já consolidada no imaginário do eleitor. O avatar herda a popularidade e o carisma de uma liderança impedida de disputar eleições por inelegibilidade, desgaste ou estratégia.

É diferente de um herdeiro político, que constrói trajetória própria, alianças e programa. O avatar depende da validação

permanente do líder original e da repetição de seus códigos simbólicos. Não substitui o líder; ele encena o líder. Foi aí que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), teve as articulações de sua candidatura abalroada pela pesquisa. Nos cenários de primeiro turno, Flávio Bolsonaro encarna o avatar do pai e surge com 23% das intenções de voto quando disputa com Lula, Ratinho Júnior, Tarcísio de Freitas, Romeu Zema, Ronaldo Caiado e outros nomes menores.

Tarcísio revelou-se um avatar que chegou ao Palácio dos Bandeirantes na aba do chapéu do ex-presidente da República e agora está sendo desidratado. No cenário de primeiro turno com múltiplos candidatos, o governador de São Paulo aparece com apenas 10% das intenções de voto, enquanto Lula tem 41% e Flávio Bolsonaro, 23%. Evidente sinal de fraqueza nacional de Tarcísio, esses 10% refletem o bloqueio imposto pela presença de Bolsonaro no imaginário de seus eleitores, que impede a consolidação de uma candidatura alternativa robusta no campo da direita.

Os 23% de Flávio são aparente prova de competitividade. Na realidade, esse

número indica apenas a concentração de um eleitorado ideológico rígido, que não cresce quando o campo se amplia. Pode se tratar do teto do bolsonarismo raiz, não de uma base em expansão. Essa constatação fica mais clara nos cenários de segundo turno. Contra Lula, Flávio Bolsonaro aparece com 36% das intenções de voto, enquanto o presidente registra 46%.

A diferença de 10 pontos percentuais é expressiva por si só. Mas revela o fato de Lula vencer mesmo sem ultrapassar 50% dos votos válidos, o que indica que Flávio não consegue atrair eleitores fora do núcleo bolsonarista e enfrenta elevada rejeição entre os setores moderados. Um candidato que chega ao segundo turno com 36% e não cresce está, do ponto de vista eleitoral, inviabilizado como alternativa de poder.

Economia ajuda

Liderar a oposição com 23% no primeiro turno não significa ter condições de vencer a eleição; significa apenas impedir que outro nome cresça. É exatamente esse o

efeito produzido pela candidatura de Flávio Bolsonaro: ela organiza o voto bolsonarista, mas desorganiza o campo oposicionista como um todo. A pesquisa, por isso, fere mortalmente a candidatura de Tarcísio, que se colocava em cena como herdeiro do espólio político de Bolsonaro.

Quando testado no segundo turno, porém, Tarcísio apresenta 35% das intenções de voto contra 45% de Lula. A diferença é de 10 pontos, semelhante à registrada por Flávio. Entretanto, Tarcísio não carrega o passivo judicial e institucional do bolsonarismo, teria mais chances de derrotar Lula, caso Flávio não seja candidato.

O mesmo padrão se repete com outros governadores da direita. Ratinho Júnior aparece com 35% contra 45% de Lula em um eventual segundo turno. Romeu Zema registra 33%, enquanto Lula mantém 45%. Ronaldo Caiado soma 33%, contra 44% do presidente. Em todos os casos, Lula vence com margens entre 11 e 12 pontos percentuais. Esses números indicam que nenhum nome da oposição consegue hoje romper a barreira dos 35%, o que evidencia um problema estrutural do campo oposicionista.

A desaprovação ao governo Lula não traduz automaticamente uma vantagem eleitoral para a oposição. A pesquisa mostra que 49% desaprovam o governo e 48% aprovam, um empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais. Além disso, a avaliação positiva do governo subiu de 31% para 34%, enquanto a negativa permaneceu em 38%. Esses dados indicam estabilização do governo, não colapso. A pesquisa também mostra que cresceu de 38% para 43% o percentual de eleitores que defendem que Lula seja candidato à reeleição em 2026.

Os indicadores econômicos reforçam essa leitura. O percentual dos eleitores que afirmam que a economia piorou caiu de 43% para 38%. Já os que dizem que a economia melhorou subiram de 24% para 28%. A percepção de que está mais fácil conseguir emprego aumentou de 39% para 44%. Na expectativa para os próximos 12 meses, 44% acreditam que a economia vai melhorar, contra 33% que acham que vai piorar. Esses números ajudam a explicar por que o desgaste do governo não se converte em voto oposicionista.